

# EDITORIAL

É com imensa satisfação que apresentamos a edição 15 da Revista JurisFIB do curso de Direito das Faculdades Integradas de Bauru – FIB, com artigos científicos que dialogam de forma transversal entre as áreas do conhecimento, para enfrentar os desafios complexos da sociedade contemporânea.

A pesquisa científica transdisciplinar é a via adequada para compreender os novos arranjos e para encontrar respostas aos desafios da sociedade complexa, com potência para encontrar soluções no cenário acelerado de desenvolvimento tecnológico e das mudanças climáticas. O diálogo entre áreas do conhecimento científico, produzem respostas significativas, precisas, para as questões e os desafios da contemporaneidade e nesse contexto, o Direito se coloca como fio condutor para a busca por soluções adequadas.

Dessa forma, já no primeiro artigo, o Direito se coloca como instrumento indutor do desenvolvimento sustentável com o tema: “Tributação ambiental indutora no Brasil: entre a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável e a acessão na organização para cooperação e desenvolvimento econômico (OCDE)”, dos autores Bruno Oliveira, Júlia Martins Amaral e Luís Gustavo da Silva.

Na sequência, Vanessa Schmidt Bortolini, Alexandre Garcia e Wilson Engelmänn apresentam a temática “Conciliação como método para mais eficiência dos processos éticos nos Conselhos de Medicina: uma abordagem sob o prisma da Design Science Research” e destacam a importância da conciliação para resolução adequada dos processos éticos nos Conselhos de Medicina.

Na sequência, “Da legalidade e da constitucionalidade do imposto sobre serviços nas operações de streaming” é o terceiro artigo, dos autores Gilson Bomfim e Gustavo da Gama Vital de Oliveira. Tema de relevância fundamental no contexto do surgimento de novas tecnologias ao analisar a tributação sobre streaming.

Os autores Sthefany Bellan, Francisco Tadeu Lima Garcia e Roberto Wagner Marquesi transitam pelo direito processual e empresarial, com o artigo “Incidente de descon sideração da personalidade jurídica: aspectos práticos, evolução e consolidação no ordenamento jurídico brasileiro”.

No próximo artigo, Caroline A. Mendes, Guilherme Dhiunior Pereira de Sousa e Renata Castro apresentam a análise crítica dos direitos do homem em razão do seu caráter metafísico e abstrato, inclusive, com ênfase, a partição feminina no cenário da Revolução Francesa, destacando-se o caráter excludente e contraditório dos direitos humanos – então expressos como direitos dos homens, com a temática Das Críticas de Edmund Burke à Revolução Francesa: contraponto entre o relativismo cultural e a luta feminina”.

Na sequência, Leonardo Estevam de Assis Zanini e Odete Novais Carneiro Queiroz analisam “A imprescritibilidade dos direitos da personalidade”. O artigo faz uma abordagem da imprescritibilidade dos direitos da personalidade, demonstrando que não existe um prazo para o exercício de tais direitos, mas que as pretensões patrimoniais que deles decorrem estão sujeitas à prescrição.

Em seguida, Carlos António da Silva Peixoto, Cátia Filipa Barros Dias e Madalena Sofia Alves de Oliveira enfrentam o tema “Ética e violência no desporto em Portugal: um estudo exploratório”, com a análise da importância do esporte no cotidiano das pessoas proporcionando o seu bem-estar, bem como, as orientações motivacionais no que diz respeito à tarefa e ao ego através de situações presentes no esporte e como se sentem mais bem-sucedidos em relação às mesmas.

No próximo artigo, a autora Cecília Bojarski Pires faz a análise da transição energética na União Europeia (UE), destacando a importância da descentralização na produção de energia para enfrentar questões ambientais e climáticas, bem como para alcançar as metas do Pacto Ecológico Europeu com o tema “Iniciativas descentralizadas de produção de energia na União Europeia: contribuições para a transição energética e fortalecimento da cidadania ativa”.

As “Direito à cidade e o idoso: a Agenda 2030 da ONU como fio condutor para (re)construção de espaços urbanos inclusivos” é o objeto da pesquisa do autor Camilo Stangherlim Ferraresi. Com o artigo, o autor se refere ao contexto da ressignificação do Direito à Cidade e a Agenda 2030 da ONU como fio condutor para (re)organização de espaços urbanos inclusivos.

O artigo “A Normalização ambiental à luz da transnormatividade: os reflexos dos padrões ISO (International Organization For Standardization) sobre a gestão de Riscos da Nanotecnologia no Brasil”, dos autores Daniel de Cesaro, Reginaldo Pereira e Alex Copetti, analisou a lentidão e a dificuldade do sistema jurídico brasileiro em regular novas tecnologias, como a nanotecnologia, e como esta inércia pode abrir espaço para a autorregulação.

No próximo artigo, os autores Maria Cláudia Zaratini Maia e Marcus Vinícius de Araujo Souza fazem uma análise da trajetória de luta por direitos pelas pessoas LGBTQIAP+, especialmente o direito humano fundamental ao trabalho, com o tema “Desafios para a Concretização do Direito Humano Fundamental ao Trabalho da População LGBTQIAP+”.

A “Decisão 15/4 do Marco Global da Biodiversidade Kunming-Montreal: análise da repartição de benefícios no Brasil” é o tema do artigo de Yuri Pereira Gomes. O artigo investiga as implicações e contradições do ordenamento jurídico ambiental brasileiro no que diz respeito à proteção dos conhecimentos tradicionais, das populações tradicionais e da biodiversidade. A seguir, Leonardo Estevam de Assis Zanini, realizou um estudo panorâmico da organização judiciária alemã com o artigo “Sistema Judiciário Alemão: um estudo da jurisdição cível e de sua estrutura organizacional”.

Sergio Ruiz Díaz Arce faz uma análise das decisões das Supremas Cortes Constitucionais do Brasil e Paraguai, a fim de determinar os argumentos utilizados por esses tribunais quando aplicam o melhor interesse da criança em um caso concreto, com o artigo “O uso do melhor interesse da criança nos argumentos das Supremas Cortes Constitucionais do Brasil e Paraguai”.

O autor Antônio Leonardo Amorim analisou as contribuições da Escola Positivista na criminalização das crianças, analisando os principais autores desta escola, suas obras literárias, dialogando com as tentativas de criminalização das crianças e adolescentes no Brasil do século XXI, com o artigo “As contribuições da escola positivista no processo de criminalização das crianças e adolescentes: análise dos discursos da escola positivista e seu contributo no estigma da menoridade penal”.

A “Desinformação e banalização dos Direitos Humanos: o caso de Fabiane Maria de Jesus no Facebook”, foi o tema abordado pelos autores Gabriel Pereira e Janaína Soares Schorr, com a finalidade de explorar a disseminação de informações falsas nas redes sociais e a subsequente violação dos direitos humanos.

O fechamento dessa edição apresenta o tema “La interoperabilidade semántica en los medicamentos em la Unión Europea”, da autora Belén Andrés Segovia, com a finalidade de conhecer alguns dos avanços da administração de dados de uma sociedade hiperconectada de modo a supervisionar e controlar o fluxo de informações em favor dos profissionais da saúde, empresas e dos pacientes.

Percebe-se, portanto, a reflexão sobre temas atuais e importantes do cenário jurídico nacional e internacional, com a necessidade de um aprofundamento do diálogo do Direito com outras áreas do conhecimento, que enriquece o conteúdo das pesquisas e amplia a compreensão do fenômeno jurídico a partir de sua incidência para regular os diversos sistemas sociais da sociedade pós moderna e os (novos) fatos jurídicos que surgem no cenário de transformação das transformações tecnológicas e sociais.

Nessa edição, temos a contribuição das pesquisas de professores e pesquisadores da Universidade do Minho (Braga - Portugal), da Universitat Jaume I (Castellón – Espanha) e do Instituto Superior de Serviço Social do Porto (Porto – Portugal), o que evidencia o compromisso científico da revista em fomentar pesquisa jurídica relevante e de qualidade, proporcionando aos leitores o acesso ao conhecimento jurídico produzido em Portugal e Espanha.

Como podem observar, os artigos desta edição foram selecionados com muito critério e cientificidade, com destaque a pluralidade e transversalidade dos temas pesquisados pelos autores. Esperamos que os textos possam trazer grandes contribuições e promover debates muito relevantes. Desejamos a todos e todas uma excelente leitura!

Prof. Doutor Camilo Stangherlim Ferraresi  
*Editor-Chefe Revista JurisFIB*